



DOI: 10.20396/rfe.v15i00.8673754

O problema do racismo na formação do estudante de licenciatura em Filosofia

The problem of racism in the education of the undergraduate student in Philosophy

Matheus Vinícius Cavalcante¹Neriely Dantas da Silva²Rodrigo Marcos de Jesus³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir criticamente sobre o racismo na formação de estudantes de licenciatura em filosofia no Brasil. Para isso, consideramos ser necessário compreender brevemente o que deve ser entendido pelos conceitos de raça e racismo e, posteriormente, como o racismo e, conseqüentemente, o eurocentrismo estão envolvidos na formação dos futuros docentes de filosofia. Além disso, consideramos, por fim, que tal formação torna o (a) estudante de licenciatura e o (a) docente em Filosofia uma vítima acadêmica, mas que é possível e necessário alterar tal condição.

Palavras-chave: Licenciatura em Filosofia; Racismo; Vítima acadêmica.

ABSTRACT

The present article aims to reflect critically on racism in the training of philosophy undergraduate students in Brazil. For that, we consider it necessary to understand briefly what should be understood by the concepts of race and racism, and then, how racism and, consequently, Eurocentrism are involved in

¹ Licenciado e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é doutorando em Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: svcmatheus@hotmail.com

² Graduada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: nerielydasilva@gmail.com

³ Professor de Filosofia na Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Filosofia da Religião pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte e licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do PROF-FILO (Mestrado Profissional em Filosofia), núcleo UFMT. E-mail: rodrigomarcosdejesus@yahoo.com.br

the formation of future philosophy teachers. Moreover, we consider, finally, that such training turns the undergraduate student and the philosophy teacher into an academic victim, but that it is possible and necessary to change such condition.

Keywords: Undergraduate in Philosophy; Racism; Academic Victim

Introdução

As contribuições deste texto se inserem no contexto das discussões acerca do racismo na formação do(a) estudante de licenciatura em filosofia no Ensino Superior que se apresenta em ao menos duas posturas recorrentes que colocam os estudantes de licenciatura em filosofia na condição de vítima. A primeira postura racista no processo de formação do aluno, se dá a partir dos discursos que consideram o racismo como um tema filosoficamente desinteressante, mesmo quando o assunto permeia as bibliografias exigidas para a conclusão do curso. Por conta disso, assumem-se posicionamentos de omissão, com a justificativa de que a discussão compete às Ciências Sociais ou outras áreas do conhecimento, pois o racismo não se encaixaria no que, comumente, considera-se um tema filosófico. Além disso, parecem acreditar que o racismo encontrado nos textos de filósofos como Immanuel Kant, David Hume, Voltaire, dentre outros, fazem parte de um pensamento do “homem do seu tempo” e que, desse modo, não se pode considerar tais escritos como filosoficamente comprometedores.

Em segundo plano, a outra postura identificada foi o proposital e recorrente desinteresse em pesquisas que fogem do arcabouço teórico e canônico tradicionalmente reverenciado pelo corpo docente, deixando, assim, fora de circulação, discussões relevantes para os estudantes. Parte desse problema se fundamenta no fato de que o acervo canônico que é eurocêntrico (e atualmente norte-americano) carrega consigo um “tom” de universalidade e exclui do rol estudado os temas que são problematizados por escritores latino-americanos, africanos e asiáticos.

Dessa forma, considerando as duas problemáticas posturas descritas acima, apresentaremos os caminhos que nos fizeram entender tanto o

estudante quanto o professor como “vítimas acadêmicas” dessas duas mesmas posturas ainda que eles não se reconheçam desse modo, bem como o racismo atrelado a essas posturas e a construção da condição de vítima. Para tanto, o presente ensaio será dividido em três seções. Na primeira seção, explicaremos brevemente, a partir das definições de Kabenguele Munanga, como os conceitos raça e racismo devem ser compreendidos e, conseqüentemente, como eles criam e sustentam um imaginário que hierarquiza pessoas e saberes. Posteriormente, na segunda seção, identificaremos como o racismo e o eurocentrismo estão presentes na formação do estudante de Filosofia no ensino superior. Por último lançaremos mão ao conceito de vítima acadêmica proposto por Julio Cabrera para explicar a força prejudicial que as criticadas posturas possuem na vida e formação de estudantes e docentes do ensino superior de Filosofia. Além disso, consideramos como, atualmente, tanto o estudante quanto o professor podem e têm saído da posição de vítima e alterado, ainda que minimamente, suas experiências na universidade em relação ao racismo na formação superior em Filosofia.

Raça e racismo

É evidente que as universidades não estão preparadas para encarar as diversidades socioculturais e, conseqüentemente, casos de discriminação, preconceito e racismo. Com isso, os profissionais formados nessas universidades, ao ingressarem futuramente no mercado de trabalho, continuarão a reproduzir desigualdades ou enfrentarão muitas dificuldades para lidar com esse problema. Além disso, discursos explícitos ou implícitos, baseados na hierarquização racial continuarão a ser realidade em um ambiente que deveria promover a igualdade e a “democracia”. Desse modo, é plausível creditar esses problemas à noção de *raça* e aos equívocos que persistem girar em torno do termo *racismo*.

Nesse sentido, cabe-nos elucidar acerca de tais termos através das noções apresentadas pelo professor Kabenguele Munanga, da Universidade

de São Paulo, durante a palestra realizada no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, em 2003, a fim de tornar mais evidente como o preconceito racial se estabeleceu e perdura em nosso tempo.

Ainda que Kabenguele passeie pela abordagem conceitual de raça, racismo, identidade e etnia no referido evento, nos deteremos apenas às especificações de raça e racismo pontuando apenas os trechos que impulsionam este trabalho.

Primeiramente, o que se entende comumente pela palavra *raça* teve sua origem etimológica na língua latina *ratio* “que significa sorte, categoria, espécie” (KABENGELE, 2003, p.01) e foi, assim, utilizada pela Zoologia e Botânica para classificar animais e espécies. Se atentarmos ao estudo diacrônico das línguas, podemos perceber a modificação do que se designa por *ratio*. No período medieval, por exemplo, acrescenta-se à conotação anterior um uso relacionado aos seres humanos, suscitando a “descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum” (KABENGELE, 2003, p.01, grifo nosso).

A partir da modificação semântica que o termo *raça* obteve, foi possível que o mesmo, imediatamente, passasse a ser utilizado com o objetivo de hierarquizar e legitimar desigualdades já no século XVII entre Francos (nobreza) e Gauleses (plebe), em que os Francos, por possuírem origem germânica, acreditavam ser superiores aos Gauleses de origem local, ao que hoje compreendemos por França, pois, “os Francos não se consideravam apenas como uma *raça* distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”” (MUNANGA, 2003, p. 02), isto é, naturalmente aptos para dominar e direcionar os “inferiores” Gauleses. Contudo, *raça* constitui-se um termo amplamente reconhecido para classificar a diversidade humana apenas no século XVIII, quando os intelectuais deste século – conhecido como Iluminismo – recorreram à *raça*, termo já utilizado pela ciência natural da época, para compreender quem eram os povos que acabavam de ser “descobertos” e que passaram a constituir as três *raças*: branca, amarela e negra.

Mesmo assim, é plausível considerar que a classificação não é um problema em si, pois, nós humanos nos utilizamos de conceitos e classificações para melhor compreender as coisas no mundo. Entretanto, seguindo Munanga (2003, p. 2), o problema não está em utilizar *raça* apenas como uma ferramenta para melhor compreender a diversidade humana, e sim, utilizar do termo para hierarquizar e subjugar o “outro” classificado.

Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de *raça* e a classificação da diversidade humana em *raças* teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo. (MUNANGA, 2003, p.02)

Assim, as classificações que tem como objetivo hierarquizar apresentam distinções e semelhanças entre as *raças*, principalmente na cor da pele e, mais tarde, em outros critérios morfológicos como lábios, nariz, cabelo, formato do crânio etc. Contudo, as bases conceituais que determinaram *raça* em séculos passados, derivadas da Biologia, tiveram de ser revistas com o advento da Genética no século XX. Assim, critérios acentuados pela cor da pele, olhos e cabelos, corpos com menos ou mais concentração de melanina, deixam de ter relevância na definição, pois apenas cerca de 1% dos genes seriam responsáveis por esses atributos e, desse modo, tais aspectos se diferenciariam das conclusões de proximidade ou distanciamento dos patrimônios genéticos dos corpos. Em vista disso, “dois indivíduos pertencentes a uma mesma *raça* podem ser mais distantes que os pertencentes a *raças* diferentes” (MUNANGA, 2003, p.04) e, por isso, nem sempre possuir tonalidade de pele parecida significa pertencer proximamente a um mesmo marcador genético. Então, a Biologia vê-se obrigada a abandonar a classificação hierarquizada das características humanas.

Hoje, o que entendemos por *raça* vai além do imaginário biologicista. O termo carrega contextos globalizantes, políticos-

ideológicos, também marcados pelas disputas de poder. Diante da diversidade de sua significação em várias áreas do conhecimento, como Ciências Naturais, Antropologia, Sociologia e tantas outras que o redefinem conforme queiram manipulá-lo, Munanga, por exemplo, propõe o uso sugerido pelo biólogo e geneticista Jean Hiernaux, que abandona *raça* e adota “População”, como significação mais adequada:

[...] entende por população um conjunto de indivíduos que participam de um mesmo círculo de união ou de casamento e que, ipso facto, conservam em comum alguns traços do patrimônio genético hereditário. (MUNANGA, 2003, p. 13)

Tal digressão pareceu-nos conveniente, visto que nos leva a outro conceito importante para compreensão do presente trabalho, o conceito de racismo. Embora achemos de suma importância a noção de “população” citada acima, o retorno do termo *raça* ainda aparece nas discussões por entendermos que o *racismo* existe em virtude da expressão de caráter hierarquizante que povoa ainda o imaginário de alguns povos e, desse modo, o racismo carrega em torno de si equívocos, criando obstáculos para solucioná-lo.

A partir disso, racismo deve ser compreendido, segundo Munanga (2003), como uma ideologia que afirma a divisão da humanidade em *raças* que se caracterizam pelas semelhanças morfológicas hereditárias que, por sua vez, segundo o discurso racista, fundamentam e determinam as características psicológicas, intelectuais, morais, estéticas etc. Quem pratica o *racismo*, portanto, é aquele ou aquela que crê na existência de uma hierarquização entre as *raças*, isto é, que fatores morfológicos determinam a moral, o intelectual e assim por diante.

Racismo, eurocentrismo e a formação do estudante de filosofia no ensino superior

Refletir sobre a formação do estudante de Filosofia no Ensino Superior é também pensar o currículo eurocêntrico (com uma reserva norte-americana) na formação dos professores ou, pelo menos, de como eles se posicionam em relação às questões emergentes ao curso, quando aparece interesse em pesquisas fora desse escopo.

De modo geral, os cursos de Filosofia, das universidades brasileiras, por muito tempo, encontravam-se adormecidos para as questões raciais ou para filosofias que fugissem do seu acervo engessado. Ainda que esse ambiente acadêmico pareça mais flexível recentemente, percebe-se que as produções de artigo científico, eventos e outros mecanismos que envolvem o ensino de filosofia alteraram-se, mas ainda em proporção insuficiente⁴.

Enquanto estudantes, perguntamo-nos se uma das razões para que o racismo, até então, não tivesse sido um ponto de reflexão e discussão filosófica, ao menos em sala de aula, fosse pelo não incômodo dos professores em relação aos trechos obviamente racistas de filósofos como Immanuel Kant (1973, p. 76), David Hume (1999, p. 207), Voltaire (1984, p. 62) e tantos outros, ou pelo simples despreparo para tratar tais questões.

Propomos pensar que tal omissão pode ter partido de, no mínimo, quatro possíveis discursos: 1) racismo não é um tema filosófico; 2) cabe às outras áreas do conhecimento a discussão; 3) o racismo encontrado nos textos de filosofia faz parte do “homem do seu tempo”; e 4) não podemos tomar a parte da teoria filosófica como o todo.

Os discursos de que o racismo não é um tema filosófico ou que cabem às outras áreas do conhecimento essa discussão, aproximam-se da

⁴ Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2016, a pesquisa e produção de artigos e materiais didáticos sobre o racismo e o eurocentrismo na filosofia se ampliou. Uma mudança significativa, porém, limitada. A título de exemplo, do total de 73 GTs da ANPOF somente 4 (GT Filosofia da Libertação, Latino-americana e Africana, GT Filosofia e Gênero, GT Filosofia e Raça, GT Pensamento Filosófico Brasileiro) destacam em suas propostas temas relacionados ao racismo e ao eurocentrismo.

noção de que só pode ser considerado pertencente à Filosofia, temas ou problemas que tradicionalmente fazem parte da tal “história universal” filosófica, como observa Julio Cabrera (2015):

Chamei ao conjunto dessas ideias o Acervo T, cujas ideias básicas são as seguintes: (1) A filosofia é universal; (2) A história do pensamento europeu a representa exemplarmente; (3) Saber filosofia é ter sólidos conhecimentos dessa história; (4) Qualquer pretensão filosofar autoral pressupõe estes conhecimentos; (5) Os pensamentos de outros lugares são “nacionais”, de interesse apenas local e ferem a universalidade da filosofia; (6) Ao criticar a filosofia europeia, ela já é utilizada. Estas 6 ideias são repetidas automaticamente pela imensa maioria (sic) dos professores de filosofia, quase com as mesmas palavras. Alguém que assume dogmaticamente o Acervo T, no sentido de não aceitar levá-lo para um debate onde enfrentaria posições contrárias, é [...] um estudioso de filosofia perfeitamente adaptado à sua situação de dependência. (CABRERA, 2015, p. 14)

Os itens 1 e 2 excluem e desconsideram qualquer outra forma de intelectualidade e filosofar que não europeia ou norte-americana, pois é a história do pensamento europeu que permite uma determinada reflexão adquirir o status de universalidade e, conseqüentemente, de filosofia. Ora, se universalidade significa, como afirma Cabrera (2016, p. 15), “algo que interessa e envolve toda a humanidade sem que importe a sua procedência nacional”, é impossível desconsiderar pensadores e pensadoras de África, Ásia e América Latina, porque não faltam exemplos de reflexões que se constituem como universais. Desse modo, depreciar essas possibilidades intelectuais e filosóficas é uma atitude arbitrária que se funda na hierarquização racial, isto é, no racismo, além disso, o discurso acerca do “refletir universal” é uma noção que sempre esteve atrelada à prática colonizadora, enquanto uma maneira de legitimar a dominação em todas as dimensões (DUSSEL, 1993) (MIGNOLO, 2003). Além disso, essa mesma postura pode ainda ser compreendida em termos de *racismo epistêmico*,

isto é, a prática de negar e invisibilizar a capacidade de produção de conhecimento de povos não europeus, não os reconhecendo como produtores de conhecimento filosófico no passado e no presente (REIS, 2020) (REIS, 2022) (NOGUERA; DUARTE; DOS SANTOS RIBEIRO, 2019).

A partir disso, fica mais fácil compreendermos por que nos cursos de filosofia o tema racismo encontrado nos textos, às vezes, pode ser justificado como escritos do “homem do seu tempo” ou como parte de um trecho que não deveria ser tomado pelo todo da teoria filosófica.

Nesse sentido, os professores Suzi Piza e Daniel Pansarelli no artigo “Eurocentrismo e racismo ou Em torno da periculosidade das teorias” (2017, p. 10), apontam que há um contexto temporal, histórico-geográfico de produção dos textos filosóficos de conteúdo racista, e que a formação dos produtores também era eurocêntrica e racista. Contudo, a questão, para eles, é como esses textos atravessam nosso tempo, sem considerarmos violentas essas construções ou violadoras de direitos, visto que a sua propagação sustenta o racismo, que descreve o negro, por exemplo, comparado aos animais, e, por isso, classificado como inferiores.

[...] Vejo macacos, elefantes e negros. Todos parecem ter algum lampejo de uma razão imperfeita. Uns e outros possuem uma linguagem que não compreendo e todas as suas ações parecem igualmente relacionar-se com um certo fim. Se julgasse as coisas pelo primeiro efeito que me causam, inclinar-me-ia a crer, inicialmente, que de todos esses seres o elefante é o animal racional. Contudo, para nada decidir levianamente, tomo filhotes dessas várias bestas. Examino um filhote de negro de seis meses, um elefantezinho, um macaquinho, um leãozinho, um cachorrinho. (VOLTAIRE, 1984, p.62).

Além disso, conceber a ideia de que trechos de teorias políticas, éticas e sociológicas de filósofos racistas não são pertencentes às suas construções como pessoa e, portanto, nada refletem acerca de como

percebem o mundo, é achar que outros trechos das mesmas obras que “não envolvem” o racismo não são racistas, e, nesse caso, não entendemos por que ora consideram tais trechos, ora não. Assim, tomando a parte “não racista” como o todo. Além disso, ao compreendermos que temas como *racismo*, filosofia africana/diáspora entre tantos outros temas, são filosóficos e de interesse de estudantes de Filosofia, deve-se considerar que negar a presença dos mesmos no currículo é uma violência, e por conseqüências, faz de estudantes *vítimas acadêmicas*.

[...] toda vez que um estudante de filosofia cursa uma disciplina onde apenas constam autores europeus e norte-americanos, retirados da história oficial da filosofia de Tales a Habermas, cada vez que tem que elaborar um projeto que deve enquadrar-se dentro das possibilidades oferecidas pela instituição, e sem que a mesma faça qualquer esforço por ampliar seus quadros educativos e formativos, o estudante é submetido a um tipo de violência intelectual e institucional, baseada numa situação de unilateralidade e falta de simetria. (CABRERA, 2016, p.7)

Vítimas acadêmicas

A noção de *vítima acadêmica* expõe um dos principais desafios contemporâneos contra o racismo, isto é, inserir efetivamente as discussões relacionadas às relações étnico-raciais e ao povo negro e não europeu, de modo geral, com o objetivo de desconstruir o sistema estrutural que exclui e impossibilita outras intelectualidades. Assim, é importante compreender que, segundo Cabrera, o conceito de *vítima* e, especificamente de *vítima acadêmica*, não carrega consigo a infeliz noção de um sujeito “esmagado” pelo fatalismo, o contrário, “guarda uma potencialidade de transformar-se em sujeito ativo, através de uma memória e uma luta pela visibilização de seu ser vítima” (Cabrera, 2016, p. 3), isto é, ao tomar consciência da condição vitimária os/as estudantes podem transformar a sua realidade.

Contudo, há uma grande dificuldade para que as *vítimas acadêmicas* se conscientizem acerca da condição vitimária, pois é de interesse do sistema estrutural já existente, excluir todas as outras intelectualidades e, neste caso, filosofias não europeias/norte-americanas, levando os/as estudantes (e futuros professores/as) a não se reconhecerem como *vítimas acadêmicas*, ou seja, que é possível alcançar sucesso acadêmico e filosófico se enquadrando no sistema eurocêntrico e racista.

Mas, precisamente, o grande problema com a situação do estudante de filosofia - e com o professor no qual ele vai se transformar - é que ele não se sente vítima em absoluto, não se reconhece como tal, mas se insere perfeita e docilmente no sistema dentro do qual tenta “brilhar”, seguindo as regras impostas tal como se apresentam. (CABRERA, 2016, p.12).

Os/As professores/as, segundo Cabrera, também são vítimas deste sistema estrutural e parte fundamental para a manutenção do mesmo quando depreciam outras intelectualidades não europeias/norte-americanas e cooperam para reprodução de um racismo que permeia implicitamente nos currículos de Filosofia, pois creem que as “grades curriculares são muito flexíveis” e “todas as posições filosóficas estão bem representadas em nosso país”, e pior, acreditam viver em um ambiente democrático e pluralista.

Desse modo, as e os estudantes de filosofia negros, negras, indígenas e tantos outros excluídos do sistema estrutural hegemônico eurocêntrico, são constituídos *vítimas acadêmicas* que não são representadas nos currículos de filosofia e, não contam, na maioria das vezes, com disciplinas e efetivas discussões acerca de *raça*, *racismo*, discriminação e preconceitos de modo geral.

Desse modo, vale ressaltar que não comportar tais discussões na formação de profissionais que estarão em sala de aula encarando todas as contradições sociais brasileiras que estão refletidas na escola, é não preparar tais pessoas para problematizar com profundidade tais problemas

e cumprir leis reparadoras como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que tornam obrigatório o ensino das culturas africana, afro-brasileira e indígena (FLOR DO NASCIMENTO, 2012) (FLOR DO NASCIMENTO; BOTELHO, 2010) (BRASIL/MEC, 2006).

Analisando brevemente o Projeto Pedagógico de Curso de licenciaturas em filosofia de três universidades, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade de São Paulo (USP), é possível perceber um certo desprezo ou ao menos uma preocupação ainda singela para com discussões e filosofias que levem em conta problemas como o racismo ou filosofias não europeias. A grade curricular do curso de licenciatura da USP não possui, dentre as disciplinas obrigatórias, nenhuma disciplina que objetivamente trate em sua ementa discussões que envolvam relações étnico-raciais ou tradições filosóficas que não sejam europeias ou anglo-saxãs (FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS/USP, 2018). Da mesma maneira, a grade curricular do curso de licenciatura em filosofia da UFSM também não comporta tais discussões, seguindo, assim como a USP, um currículo bastante tradicional (FILOSOFIA-LICENCIATURA/UFSM, 2004). Por sua vez, o curso de licenciatura em filosofia da UFMT é um daqueles poucos que possui uma singela tendência de mudança ao possuir em sua estrutura de disciplinas obrigatórias cursos como “Antropologia e Diversidade Étnico-racial” e “Filosofia Brasileira”. Consideramos tais inclusões bastante positivas e importantes, entretanto ainda muito preliminares diante da tamanha desigualdade existente (CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA/UFMT, 2023).

É importante considerar que analisamos muito brevemente o currículo de apenas três universidades, dessa maneira, existem hoje, em alguns departamentos de Filosofia, práticas que, de alguma forma, objetivam a mudança no currículo que persista em tratar sobre a importância do status filosófico dos pensamentos africanos, latino-americanos e asiáticos de modo que é possível encontrar ações contrárias à

condição de *vítima acadêmica*. Trabalhos como *Filosofia e Consciência Negras: desconstruindo o racismo* (JESUS; NEGRI; CÂNDIDO, 2018) e *O ensino de Filosofia e a Lei 10.639* de Renato Nogueira (2011) são importantes por evidenciar, por exemplo, como a formação em filosofia no ensino superior é estruturada a partir de lógicas racistas/eurocêntricas que se desdobram no ensino básico, mas também são pesquisas que indicam e sugerem caminhos para uma formação que supere tais lógicas.

Considerações finais

Identificamos duas posturas fundamentadas no racismo, que colocam os estudantes de licenciatura em filosofia na condição de vítima. A primeira postura racista se manifesta através dos discursos que desconsideram o racismo como um tema filosoficamente relevante, mesmo quando está presente nas bibliografias exigidas para a conclusão do curso. Essa postura é marcada por uma omissão justificada pelo argumento de que a discussão sobre o racismo compete a outras áreas do conhecimento, e não à filosofia. Além disso, argumenta-se que o racismo encontrado nos escritos de filósofos é resultado do pensamento do "homem do seu tempo" e, portanto, não deve ser considerado como comprometedor filosoficamente.

A segunda postura identificada é o desinteresse proposital e recorrente em pesquisas que fogem do arcabouço teórico e canônico tradicionalmente reverenciado pelo corpo docente. Isso resulta na exclusão de discussões relevantes para os estudantes, uma vez que o acervo canônico é predominantemente eurocêntrico, e atualmente também norte-americano, carregando consigo uma pretensa universalidade e excluindo temas problematizados por escritores latino-americanos, africanos e asiáticos.

Diante dessas duas problemáticas, percebemos que tanto o estudante quanto o professor são vítimas acadêmicas dessas posturas, embora muitas vezes não se reconheçam dessa forma. Essas posturas e o racismo a elas associado contribuem para a construção dessa condição de vítima. Para isso, buscamos compreender como os conceitos de raça e racismo, segundo Kabenguele Munanga, sustentam um imaginário que hierarquiza pessoas e

saberes, e como o racismo e o eurocentrismo estão presentes na formação do estudante de filosofia no ensino superior. Posteriormente, recorreremos ao conceito de "vítima acadêmica" proposto por Julio Cabrera para explicar o impacto prejudicial que essas posturas têm na vida e formação de estudantes e docentes do ensino superior de filosofia.

Por fim, reconhecemos a importância de destacar como estudantes e professores têm buscado sair dessa posição de vítima, modificando, ainda que minimamente, suas experiências na universidade em relação ao racismo na formação superior em filosofia. Essas ações representam um caminho para transformar a realidade e promover uma formação mais inclusiva, sensível e abrangente, na qual o combate ao racismo seja uma prioridade e as filosofias de diferentes culturas sejam valorizadas e integradas ao currículo filosófico. Trabalhos como *Filosofia e Consciência Negras: desconstruindo o racismo* (JESUS; NEGRI; CÂNDIDO, 2018) e *O ensino de Filosofia e a Lei 10.639*, de Renato Nogueira (2011).

De modo geral, é possível concluir o “problema do óbvio” (JESUS, 2018, p.91), a saber, os currículos de Filosofia se constituem com base em concepções eurocêntricas e racistas a partir do momento que depreciam outras intelectualidades e filosofias não europeias/norte-americanas. Entretanto, quando a vítima acadêmica resgata a memória, a intelectualidade e tudo aquilo que fora “encoberto” pela hierarquização racial, ela se torna agente ativo e transformador de sua realidade, tendo a possibilidade de alterar o sistema enquanto aluno e, depois, como professor.

Referências

BRASIL/MEC. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

CABRERA, Julio. Europeu não significa universal. Brasileiro não significa nacional. **Nabuco: Revista Brasileira de Humanidades**, n. 2, nov. 2014/jan./fev. 2015.

CABRERA, Julio. O estudante de filosofia como “vítima acadêmica”. Palestra proferida no **IV Congresso de Filosofia da Libertação: Filosofia no Brasil: a história da próxima década**. (Anais...), 2016.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA/UFMT. **Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia**. Cuiabá, 2023. Disponível em:

<https://cms.ufmt.br/files/galleries/151/Pf31728457faade73443404376caaafa9d5fb87e.pdf>

DUSSEL, Enrique. 1492: **O encobrimento do outro. A origem do Mito da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS

HUMANAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em**

Filosofia. São Paulo, 2018. Disponível em:

<https://filosofia.ffe.usp.br/sites/filosofia.ffe.usp.br/files/graduacao/arquivos/Projeto%20pedagogico%20licenciatura%202018.pdf>

FILOSOFIA-LICENCIATURA/UFSM. **Projeto Pedagógico do Curso de**

Licenciatura em Filosofia. Cuiabá, 2018. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/filosofia/informacoes-do-curriculo>

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson; BOTELHO, Denise.

Colonialidade e Educação. O currículo de filosofia brasileiro entre discursos coloniais. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, Número 14, p. 66-89. 2010.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson; Outras vozes no ensino de filosofia: o pensamento africano e afro-brasileiro. **Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação**, (18), 74–89. 2012.

HUME, David. **Ensaaios morais, políticos e literários**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

JESUS, Rodrigo Marcos de. A modernidade e suas sombras: problemas historiográficos no ensino de filosofia. **Filosofia e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 90–120, 2018.

JESUS, Rodrigo Marcos de; NEGRI, Edson Cleber; CÂNDIDO, Juarid Rios (org). **Filosofia e consciência negra: desconstruindo o racismo**. Cuiabá: EdUFMT, 2018.

KANT, Emmanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. 1ª ed. São Paulo: Papirus, 1993.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais**.

Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ**, (Anais...), 2003.

NOGUERA, Renato. **O ensino de Filosofia e a Lei 10.639**. 1ª ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

NOGUERA, Renato; DUARTE, Valter; DOS SANTOS RIBEIRO, Marcelo. **Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. O que nos faz pensar**, v. 28, n. 45, p. 434-451, 2019.

PIZA, Suze; PANSARELLI, Daniel. Eurocentrismo e racismo ou em torno da periculosidade das teorias. **Problemata: R. Intern. Fil.** v. 8. n. 1 (2017), p. 271-287, e-ISSN 2236-8612.

REIS, Diego dos Santos. A filosofia fora das grades (curriculares): a Lei 10.639/03 e os desafios para um ensino de filosofia antirracista. **Revista Teias**, v. 23, n. 68, p. 134-146, 2022.

REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados:(de) colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

ROZO, Ana Claudia Sandoval; SANTOS, Luís Carlos. Estudos decoloniais e filosofia africana: por uma perspectiva outra no ensino da filosofia. **Revista páginas de filosofia**, v.6, n.2, p.1-18, jul./dez. 2014.